

PROCESSOS FORMATIVOS DOS ALFABETIZADORES: INDICAÇÕES DOS PROGRAMAS FEDERAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

Denise Pollnow Heinz ¹
Rosana Mara Koerner ²

RESUMO

O presente estudo é parte da pesquisa da tese de doutorado em andamento intitulada “Práticas Pedagógicas na Alfabetização e suas Relações com os Percursos Formativos de Professores Alfabetizadores” e visa apontar relações, aproximações e afastamentos entre os programas de formação para alfabetizadores e os estudos da área. Diversos programas federais foram implementados nas últimas décadas, como o PROFA (Programa de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores), o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), o Programa Tempo de Aprender e o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), contando com o subprojeto na área de Alfabetização. Com objetivos variados, como combater o analfabetismo, garantir maior eficiência no ensino da leitura e escrita, garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, tais programas apontam para a formação de alfabetizadores como uma exigência para melhorar a qualidade da Educação Básica. Como metodologia, foi realizado um levantamento dos documentos oficiais sobre os programas e referenciais teóricos que apontam para as necessidades formativas dos alfabetizadores. A alfabetização possui um caráter multifacetado, como afirma Soares (2018), sendo um processo composto de partes que precisam ser consideradas. O conceito de formação de professores adotado está ligado aos estudos de Nóvoa (2024) e Roldão (2014) e o desenvolvimento profissional de professores de Marcelo (2009). O desenvolvimento profissional do professor alfabetizador configura-se não somente como um processo evolutivo pessoal, mas está envolto em circunstâncias e demandas advindas de programas e projetos governamentais, além da própria evolução do campo de pesquisas. A articulação entre teorias e resultados de pesquisas de várias áreas do conhecimento corrobora para o entendimento de que a alfabetização sofre influência de fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. Embora avanços tenham sido alcançados, o desafio da alfabetização plena persiste, exigindo políticas públicas eficientes e de longo prazo.

Palavras-chave: Alfabetização, Formação de professores, Programas Federais.

INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda em Educação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, denise.heinz@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, rosanamarakoerner@gmail.com.



A alfabetização segue sendo apontada como um dos maiores desafios da educação brasileira. Durante as últimas décadas foram implementados diferentes programas federais com diferentes objetivos como combater o analfabetismo, garantir maior eficiência no ensino da leitura e escrita, garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos de idade. Os programas refletem diferentes concepções sobre formação docente e alfabetização, desde a produção de práticas reflexivas até as abordagens instrumentais com foco em métodos específicos.

Os estudos sobre alfabetização estão inseridos em diferentes campos como didática, formação docente, cultura escrita e alfabetização. Ao longo do tempo o conceito de alfabetização foi ampliado, significando não somente a decodificação de letras e palavras, mas a compreensão e produção de textos em diferentes contextos sociais. As contribuições de Soares (2018), que distingue alfabetização (processo de apropriação do sistema de escrita) e letramento (uso social da leitura e da escrita), evidenciam a necessidade de uma abordagem pedagógica que vai além da decodificação e promova práticas sociais de escrita.

Os programas de alfabetização no Brasil têm passado por uma significativa evolução ao longo dos anos, transitando de ações emergenciais para iniciativas mais estruturadas e integradas ao sistema educacional. Nesse contexto, a formação de professores alfabetizadores tem se revelado uma estratégia fundamental para assegurar a qualidade do ensino e o aprendizado dos alunos.

O presente estudo é parte da pesquisa da tese de doutorado em andamento³ e tem como objetivo geral apontar relações, aproximações e afastamentos entre os programas de formação para alfabetizadores e os estudos da área. Como etapas para alcançar o objetivo proposto pode-se destacar: analisar criticamente os programas federais de formação de alfabetizadores, considerando suas propostas, metodologias e fundamentos teóricos; comparar os diferentes modelos de formação adotados nos programas analisados, evidenciando avanços, limitações e possíveis lacunas na qualificação docente; discutir a relação entre os programas e as necessidades formativas dos professores alfabetizadores, com base nos referenciais teóricos

³ “Práticas Pedagógicas na Alfabetização e suas Relações com os Percursos Formativos de Professores Alfabetizadores”.



da área. O estudo segue uma abordagem qualitativa, com base na análise documental e como metodologia, foi realizado um levantamento dos documentos oficiais sobre os programas e referenciais teóricos que apontam para as necessidades formativas dos alfabetizadores.

Ao indicar os principais pontos do referencial teórico adotado, destacam-se as perspectivas de estudos sobre a alfabetização e a formação de professores. A alfabetização tem um caráter multifacetado, sendo um processo em que muitos aspectos precisam ser levados em consideração, como fatores sociais, culturais, econômicos e políticos (Soares, 2018). Nos métodos tidos como tradicionais, segundo Soares (2018, p. 19), “O domínio do sistema de escrita é considerado condição e pré-requisito para que a criança desenvolva habilidades de uso da leitura e da escrita, lendo e produzindo textos reais”. Assim, a autora reafirma que para os métodos sintéticos (que partem das menores unidades da língua) ou analíticos (que partem das unidades com sentido), “para aprender o sistema de escrita [a criança] depende de estímulos externos cuidadosamente selecionados ou artificialmente construídos com o único fim de levá-la apropriar-se da tecnologia de escrita” (Soares, 2018, p.19).

Assim como o conceito de alfabetização, o conceito de desenvolvimento profissional docente tem se modificado, juntamente com as compreensões sobre os processos de aprender e ensinar. Considerando a atividade docente como uma ‘profissão do conhecimento’⁴, Marcelo (2009) destaca o impacto das transformações sociais que ocorrem em um ritmo crescente, na atuação dos educadores. O conhecimento tem sido o fundamento que legitima a profissão docente, e a justificativa para o trabalho dos professores se fundamenta no compromisso de transformar esse saber em aprendizagens significativas para os estudantes.

A formação profissional do educador responsável pela alfabetização não se resume apenas a um progresso individual, mas também é influenciada por contextos e exigências provenientes de iniciativas e programas governamentais, bem como pela própria evolução na área de estudos.

A análise sobre os programas federais de formação continuada para professores alfabetizadores, desenvolvidos no período que abrange 1990 a 2020, realizado por Arcenio; Bastos Azevedo (2024) destacou aspectos da formação continuada para esse público

⁴ Grifo do autor.



específico, apresentando um resumo da estrutura e das diretrizes que essas formações buscaram trazer para a alfabetização no decorrer desses trinta anos. Neste artigo, foram abordados os programas Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação (PCN em Ação); o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA); o Pró-Letramento; o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); o Mais Alfabetização e; o Tempo de Aprender.

Apesar dos avanços, o Brasil ainda enfrenta desafios na alfabetização, como a descontinuidade das políticas públicas, a desigualdade de acesso à formação docente e a necessidade de metodologias mais contextualizadas. Além disso, o impacto das políticas sobre os professores alfabetizadores precisa ser constantemente avaliado para garantir que suas práticas sejam eficazes e alinhadas às necessidades dos alunos.

O debate sobre alfabetização no Brasil exige articulação entre teoria e prática, considerando não apenas o ensino do código escrito, mas também a inserção dos alunos no mundo da cultura escrita. Isso requer políticas públicas consistentes, investimento na formação de professores e um olhar atento às pesquisas educacionais para aprimorar as práticas pedagógicas.

METODOLOGIA

O estudo desenvolvido é de abordagem qualitativa, com enfoque na descrição e análise dos documentos oficiais que definem objetivos, indicam referenciais teóricos e discriminam as principais características das formações oferecidas para os professores alfabetizadores nas últimas décadas. Como metodologia, foi realizado um levantamento dos documentos oficiais sobre os programas federais de formação de professores alfabetizadores disponíveis online, tendo como fonte principal o site do Ministério da Educação (MEC).

A análise foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, conforme os procedimentos de Bardin (1977), que permitiu organizar os dados em categorias analíticas e identificar padrões, temas e tendências nos documentos. Esse processo possibilitou a construção de uma visão crítica sobre o impacto dos programas na formação de alfabetizadores e na prática pedagógica.



A análise documental foi utilizada para identificar e examinar os objetivos, metodologias e impactos dos principais programas federais voltados à formação de alfabetizadores, como o PROFA (Brasil, 2001), Pró-letramento (Brasil, 2008), PNAIC, Tempo de Aprender e PIBID. Para tanto, foram selecionados documentos oficiais disponíveis na internet referentes a cada programa, incluindo diretrizes, relatórios institucionais, materiais de formação e avaliações de impacto. A escolha por esses programas se deu pela aproximação com o tema da formação de professores alfabetizadores e pela disponibilidade de documentos. As contribuições de Cellard (2012) apontam para a análise documental como aquela que pode operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de transformação dos indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc.

A partir desses documentos, buscou-se compreender como os programas refletem as necessidades formativas dos alfabetizadores, alinhando-se às teorias de autores como Nóvoa (2024), Roldão (2014) e Marcelo (2009), que discutem a formação e o desenvolvimento profissional dos docentes e Soares (2018) como principal referência sobre as especificidades do processo de alfabetização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa a análise documental será apresentada de forma sistematizada, destacando características dos programas e as categorias analíticas identificadas na pesquisa. Além disso, os resultados serão discutidos à luz dos referenciais teóricos, estabelecendo relações entre os programas federais e as necessidades formativas dos alfabetizadores, os impactos esperados na prática e os desafios na formação de alfabetizadores.

O Programa de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores (PROFA) foi criado nos anos de 1990, como um dos primeiros programas nacionais voltados à formação continuada de alfabetizadores (Brasil, 2001). Teve como justificativa a necessidade de melhorar a qualificação dos professores alfabetizadores para garantir maior eficiência no ensino da leitura e escrita. Foi composto de formações presencial e a distância, com cursos voltados para práticas pedagógicas eficazes. Os principais referenciais teóricos do programa



foram os estudos sobre a psicogênese da língua escrita (Ferreiro; Teberosky, 1986) e a relação entre alfabetização e letramento, concepção defendida e aprofundada por Soares (2018).

O Programa Pró-letramento (Brasil, 2008) teve a criação em parceria do Ministério da Educação – MEC com universidades e os sistemas de ensino de diferentes regiões do país. A concepção de alfabetização e letramento são fundamentos essenciais do programa e seguem baseados nos estudos em desenvolvimento por Soares (2018). A abordagem sociocultural do letramento influencia a formação docente do programa e tem como referência os estudos de Kleiman (1995).

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) surgiu da necessidade de garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, fortalecendo a formação dos professores alfabetizadores, contando com distribuição de materiais didáticos e a realização de avaliações periódicas. As pesquisas de Mortatti (2011) sobre alfabetização e políticas públicas educacionais no Brasil e os estudos de Macedo (1994) sobre o desenvolvimento cognitivo e implicações para o ensino da leitura e escrita são referências em destaque. Santa Catarina aderiu ao PNAIC em 2012 e a partir de 2013 iniciou seus diversos cursos de formação (Santa Catarina, 2024).

O Programa Tempo de Aprender (Brasil, 2025) teve como justificativa a necessidade de estruturar uma política nacional de formação docente baseada em evidências científicas para aprimorar a alfabetização infantil. Buscou oferecer capacitação e suporte pedagógico para professores alfabetizadores, com ênfase em práticas baseadas em evidências científicas, através de formação online e presencial, suporte pedagógico contínuo e avaliações diagnósticas. Pesquisas internacionais sobre o método fônico, assim como Nadalim (2015) embasam a abordagem do programa.

Já o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), através do subprojeto PIBID Alfabetização (BRASIL, 2024), surge da necessidade de incentivar a formação inicial de professores para a alfabetização, promovendo a aproximação entre a teoria acadêmica e a prática em sala de aula. Os projetos são elaborados e implementados por instituições de ensino superior que tiveram seus projetos intitucionais e subprojetos aprovados. O programa oferece bolsas para estudantes de licenciatura que atuam em escolas



públicas sob a supervisão de professores experientes, permitindo contato direto com metodologias de alfabetização e letramento.

A análise dos programas federais de formação de professores alfabetizadores evidencia convergências significativas com as concepções teóricas sobre o desenvolvimento profissional docente. Em particular, observa-se um alinhamento com as perspectivas de Nóvoa (2024) e Roldão (2014), que enfatizam a formação como um processo contínuo, baseado na reflexão sobre a prática e na construção coletiva do conhecimento: “Formar professores é formar para uma profissão. Não se trata de diminuir, mas antes de elevar, o nível e a natureza da formação de professores” (Nóvoa, 2024, p. 3).

Os programas analisados demonstram diferentes abordagens para a profissionalização dos alfabetizadores, ora reforçando a prática reflexiva, ora priorizando aspectos metodológicos específicos da alfabetização. PROFA e o PNAIC, por exemplo, enfatizaram a necessidade da formação continuada vinculada à realidade das salas de aula, promovendo o fortalecimento da prática reflexiva. Em contrapartida, o Programa Tempo de Aprender priorizou o ensino sistemático do método fônico para o aprendizado da leitura e da escrita, mesmo diante dos questionamentos de Soares (2018) sobre a centralidade dos métodos no processo de alfabetização. A ênfase nesse modelo evidencia um direcionamento mais prescritivo da política de formação, contrastando com abordagens anteriores que privilegiavam uma visão mais ampla e contextualizada da alfabetização.

Outro ponto de destaque na análise das políticas de formação docente é a relação entre formação inicial e prática profissional. O PIBID se sobressai nesse aspecto ao inserir os licenciandos diretamente no contexto escolar, permitindo que a formação teórica ocorra em diálogo com a realidade educacional. Tal articulação está em consonância com Marcelo (2009), que defende a importância da imersão dos futuros docentes na prática como elemento essencial para o desenvolvimento profissional: “O conceito ‘desenvolvimento’ tem uma conotação de evolução e continuidade que, em nosso entender, supera a tradicional justaposição entre formação inicial e formação contínua dos professores” (Marcelo, 2009, p. 9).

Dessa forma, os diferentes programas apresentam aproximações e divergências em relação às necessidades formativas dos professores alfabetizadores. Enquanto alguns



ênfatisam a prática reflexiva e a interdisciplinaridade, outros adotam abordagens mais estruturadas e metodológicas. Essa diversidade aponta para a complexidade da formação docente e para a necessidade de políticas públicas que articulem teoria, prática e acompanhamento pedagógico contínuo, buscando a formação do alfabetizador cada vez mais alinhada aos desafios contemporâneos da educação.

A expectativa é de que a participação dos professores alfabetizadores nesses programas impacte suas metodologias de ensino, com a ampliação do seu repertório metodológico, incorporando novas estratégias pedagógicas propostas pelas formações. O PNAIC visou contribuir para a diversificação das práticas ao integrar diferentes áreas do conhecimento e incentivar o acompanhamento do desempenho das crianças. Já o PIBID, ao proporcionar a inserção dos licenciandos no contexto escolar desde a formação inicial, reforça a importância da experiência prática e da construção de conhecimentos pedagógicos em diálogo com a realidade da sala de aula.

No entanto, apesar dos avanços promovidos por esses programas, persiste a necessidade de um modelo de formação mais contínuo e articulado, que una os aspectos positivos de cada iniciativa:

Um corpo de conhecimentos e competências são configurados no currículo de formação, estabelecendo os modos organizativos de formação que se escolhem para maximizar as competências para a ação visada, mediante a mobilização adequada do conhecimento profissional requerido (Roldão, 2014, p. 93).

A fragmentação das políticas educacionais ao longo dos anos impediu a consolidação de um programa de formação que acompanhe os alfabetizadores durante toda a sua trajetória profissional, oferecendo suporte tanto na formação inicial quanto na prática docente. Para enfrentar os desafios contemporâneos da alfabetização, a formulação de políticas públicas de longo prazo, que garantam formação permanente, apoio pedagógico e condições adequadas de trabalho para os professores alfabetizadores, são questões que precisam ser analisadas. A ausência de uma política de formação contínua e estruturada gera instabilidade, fazendo com que muitos professores tenham acesso a formações pontuais, sem o suporte necessário para seu desenvolvimento profissional ao longo da carreira.



Além disso, a expansão das formações remotas representa um desafio metodológico para a formação docente. O avanço das tecnologias digitais possibilitou a ampliação do acesso a cursos e materiais de formação, mas também levanta questões sobre a qualidade dessas formações. Como destaca Nóvoa (2024), a interação entre pares e a reflexão coletiva são elementos essenciais para o crescimento profissional do professor. Assim, a predominância de formações a distância, sem espaços adequados para trocas de experiências e debates sobre a prática pedagógica, pode comprometer a construção do conhecimento compartilhado e a consolidação de comunidades de aprendizagem.

Diante desses desafios, mostra-se necessária a construção de políticas públicas que garantam a continuidade e a coerência dos programas de formação, conciliando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas e assegurando espaços de interação e reflexão coletiva. A superação dessas lacunas requer um compromisso a longo prazo com a valorização da formação docente, que possa garantir que os alfabetizadores tenham acesso a processos formativos que realmente contribuam para a qualificação de sua prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das propostas de formação dos programas federais voltados à alfabetização evidenciou a diversidade de abordagens e concepções pedagógicas que marcaram essas iniciativas ao longo das últimas décadas. A investigação dos documentos oficiais permitiu identificar não apenas os objetivos e metodologias adotados, mas também os desafios e lacunas que ainda persistem na formação de professores alfabetizadores. Os diferentes programas analisados apresentam contribuições significativas, mas também refletem a fragmentação das políticas públicas, a falta de continuidade das ações formativas e a ausência de um modelo estruturado e de longo prazo para o desenvolvimento profissional docente.

A pesquisa revelou que, enquanto algumas iniciativas, como o PROFA e o PNAIC, buscavam consolidar uma formação reflexiva e articulada com a prática, outras, como o Tempo de Aprender, adotaram uma abordagem mais instrumental e focada em métodos específicos de ensino. Esse contraste reforça a necessidade de uma política de formação em que os alfabetizadores tenham acesso a um processo formativo que contemple tanto a reflexão



crítica quanto a aplicação de estratégias pedagógicas. Além disso, a experiência do PIBID destaca a importância da inserção dos licenciandos na escola desde a formação inicial, promovendo uma articulação mais consistente entre teoria e prática.

Outro ponto relevante identificado foi a busca por formações docentes que contribuam com a prática pedagógica, com a ampliação de repertório metodológico e maior capacidade de adaptação às demandas da sala de aula. No entanto, a descontinuidade das políticas educacionais e as divergências entre os enfoques formativos dificultam a consolidação de práticas pedagógicas sustentáveis, limitando o potencial de transformação da alfabetização no país. Além disso, a expansão das formações remotas, bastante ampliadas durante e após o período da pandemia, representa um desafio metodológico.

Diante dessas conclusões, esta pesquisa aponta para a necessidade de novos estudos que aprofundem a relação entre formação docente e práticas pedagógicas na alfabetização, considerando variáveis como a atuação dos professores em diferentes contextos escolares, o impacto das políticas de formação na aprendizagem dos alunos e a influência de fatores socioeconômicos na eficácia dessas iniciativas.

REFERÊNCIAS

ARCENIO, C. R. do C.; BASTOS AZEVEDO, P. A formação continuada de professores alfabetizadores: um recorte nos programas federais de alfabetização. **Olhares & Trilhas**, V. 26, P. 1–29, 2024. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/olhasesetrilhas/article/view/73680>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: **Edições 70**, 1977.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Programa Nacional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Edital nº 10/2024. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29052024_Edital_2386922_SEI_2386489_Edital_10_2024.pdf> Acesso: 26 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Programa de formação de professores alfabetizadores**. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/apres.pdf>> Acesso: 04 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pró-Letramento**: Programa de formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental.



2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6002-fasciculo-port&category_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. 2013. Disponível em: <

<https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>> Acesso: 04 mar. 2025.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3 ed. Petrópolis: **Editora Vozes**, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: **Artes Médicas**, 1986.

KLEIMAN, Ângela (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: **Mercado das letras**, 1995.

MACEDO, Lino. Ensaios construtivistas. São Paulo, Ed. **Casa do psicólogo**, 1994.

MARCELO, Carlos. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **Sísifo** - Revista de ciências da educação. N. 8, jan.- abr., 2009.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: uma história de sua história. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2011.

NADALIN, Carlos. As 5 etapas para alfabetizar seus filhos em casa. Maringá, PR: Alcantara Cursos On-line, 2015.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores: Uma terceira revolução?. **Educação, Sociedade & Culturas**. V. 67, P. 1-1, 2024.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: **Contexto**, 2018.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** (PNAIC), 2024. Disponível em: <<https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa-pnaic/>> Acesso: 14 fev. 2025.

ROLDÃO, Maria do Céu. Currículo, didáticas e formação de professores: a triangulação esquecida? In: OLIVEIRA, Maria Rita M. S. (Org.). Professor: formação, saberes e problemas. Porto, Portugal: **Porto Editora**, P. 91-104, 2014.

